



MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA
SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 – Brasília/DF.
(61) 2027-3344/3534 - conanda@sdh.gov.br

244ª Assembleia Ordinária do Conselho nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda

Resumo Executivo

Data: 15 e 16 de outubro de 2015

Local: Sala Plenária- 10º andar- Brasília/DF

Conselheiros Titulares Presentes:

Governamentais

Rodrigo Torres de Araújo Lima - Secretaria de Direitos Humanos

Magaly de Carvalho Correia Marques – Casa Civil

Jordelino Serafim dos Reis - Ministério da Fazenda

Alberto Souza- Ministério do Trabalho e Previdência Social

Rubens Bias Pinto – Ministério da Saúde

Camila Maria Moreno da Silva– Ministério da Educação

Kelly Cristina Alves – Ministério da Cultura

Sociedade Civil

Carolina Freire de Carvalho de Carvalho - Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down

Djalma Costa - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente

Jimena Grignani - Associação Brasileira de Educação e Cultura

Elisa Maciel Costa - Associação Internacional Maylê Sara Kalí

Fábio José Garcia Paes - Aldeias Infantis SOS Brasil

Francisco Rodrigues Correa - Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas

Antônio Dantas - Movimento Nacional de Direitos Humanos

Vitor Cavalcante Sousa Valério - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular – CECUP

Douglas Belchior - Associação Franciscana de Defesa de Direitos e Formação Popular

Miriam Maria José dos Santos - Inspetoria São João Bosco – Salesianos

Marco Antônio da Silva Souza - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Maurício Enrique Diaz Vandorsee – Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços

Conselheiros Suplentes presentes:

Governamentais

Clara Carolina de Sá - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Cristiane Caldeira de Araújo - Ministério da Fazenda

Thaís Borges da Silva Pinho Werneck - Ministério da Cultura

Carolina Brandão - Secretaria de Direitos Humanos

Sociedade civil

Renato Barão Varalda – Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos Da Infância e da Juventude

Anna Beatriz Langué Peranovich Leite - Federação Nacional das Apaes

Antônio Jorge dos Santos - Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes

Antonio Lacerda Souto - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Clenir da Trindade Xavier - Lifewords Brasil

José Carlos Sturza de Moraes - Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente

Manoel Torquato Carvalho de Souza - Associação Nacional Criança Não é de Rua

Heloisa Helena Silva de Oliveira - Fundação ABRINQ

Demais Participantes

Carla Rodrigues - CEDCA/MS

Bruna Rigo Leopoldi - ANADEP

Lourdes Nunes- MNDH - PI

Mauro Cesar Souza - CEDCA/MT

Vânia - CEDECA/MG

Vitor Benez - Presidente CONDECA/SP

Marcelo - Conselheiro CONDECA - SP

Ananias Neves Ferreira - CEDCA-MG

Welinton Silva - FNPCA

Ana Claudia Castro - Consultora UNESCO

Renata Ferretti - Casa Civil/Rio Solidário

Karla Lima - Conanda/SE

André Lima - Conanda/SE

Maria Gutenara Martins Araújo - Coordenadora-geral do Conanda/SE

Pauta

14h00 – 14h30: Abertura, aprovação da pauta da 244ª e aprovação da Memória da 243ª Assembleia;

14h30 – 15h00: Disposição transitória;

15h00 – 15h30: Eleição para presidência e vice-presidência do Conanda;

16h00 – 16h30: Apresentação do Secretário Especial de Direitos Humanos Rogério Sottili;

16h30 – 17h00: Apresentação e análise dos pareceres dos projetos apresentados ao Edital 2015 pelo GT de Avaliação;

17h00 – 18h00: Resolução sobre o Fórum Popular dos Direitos da Criança e do Adolescente.

16/10

Local: Sala Plenária - 10º andar

09h00 – 10h30: Relato das Comissões e GTs, agenda sobre o sistema socioeducativo do Ceará e apresentação sobre os ODSs;

10h30 – 11h30: Relato sobre o processo de escolha unificado;

11h30 – 13h00: Relato das Comissões e GTs;

14h00 -18h00: Agenda com G-38.

Item 1. 14h00 – 14h30: Abertura, aprovação da pauta da 244^a

A Assembleia foi aberta pelo conselheiro Rodrigo Torres que submeteu a pauta para aprovação do Plenário e justificou a antecipação do horário de apresentação do Secretário Especial Rogério Sottili

Item 2. 14h30 – 15h00: Disposição transitória;

Principais pontos abordados: O conselheiro Rodrigo Torres iniciou apresentando a Proposta de Resolução 175, que dispõe sobre a representação do Conanda no processo transitório decorrente da Reforma Ministerial e dá outras providências. Citou a possibilidade da manutenção das representações do Ministério da Previdência, do Ministério do Trabalho e Emprego, da Secretaria de Direitos Humanos e a da SEPPIR). Solicitou que essas indicações sejam mantidas com direito a voto e voz até que se construa um novo decreto para a composição do Conselho. O conselheiro Rodrigo Torres informou que essa resolução foi discutida também no âmbito da Mesa Diretora. Houve debate e modificações do texto da minuta, em seguida foi aprovada pelo Plenário para ser encaminhada para a publicação.

Deliberação/Encaminhamento:

- Aprovada a proposta de resolução em seu mérito e encaminhar para a assessoria jurídica da Secretaria Especial de Direitos Humanos para posterior publicação.

Item 3: Eleição para presidência e vice-presidência do Conanda

O conselheiro Rodrigo Torres fez o informe sobre as indicações de seu nome e da Carolina Brandão como representantes da SDH titular e suplente, respectivamente. Informou também que a indicação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e da Secretaria Especial de Direitos Humanos para a presidência do Conselho foi de seu nome. Em seguida, o conselheiro Fábio Paes fez informe sobre a indicação de seu nome como o indicado pela sociedade civil para assumir a vice-presidência do Conanda e ressaltou a importância da representação da sociedade civil no momento de crise do país. Informou também a indicação do conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger como o coordenador da Comissão de Orçamento e Finanças, que passa, assim a compor à Mesa Diretora junto com o conselheiro Rubens Bias, Vitor Cavalcante e Heloisa Greco. Em seguida foi aberto espaço para a apresentação dos novos conselheiros. O conselheiro Antônio Dantas se apresentou como representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). A conselheira Clara Carolina se apresentou como representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Por último, a Carolina Brandão apresentou-se como conselheira suplente representante da SDH.

Deliberação/Encaminhamento:

- Aprovadas indicações para presidente e vice-presidente do Conanda.

Item 4: Análise dos pareceres dos projetos apresentados pelo GT de avaliação do Edital 2015.

Principais pontos abordados: O presidente Rodrigo Torres informou que o GT de Avaliação dos Projetos do Edital 2015 do Conanda se reuniu no dia 13 de outubro para análise das propostas recebidas. Foram 132 propostas analisadas pela comissão de avaliação de projetos da SDH e, em seguida, pelo grupo de conselheiros do Conanda que se dedicou a partir dos pareceres da equipe. Informou também que a equipe técnica da SDH e o Conanda, por meio do Edital 2015, esforçaram-se para diminuir as condicionalidades para homologação e deixaram as outras exigências do edital para a fase de formalização. João Marcelo, coordenador-geral da área de Coordenação de Programas (CGAP), falou sobre as propostas apresentadas e relatou em números uma totalidade de cadastro no SICONV 132, sendo que 58 foram encaminhadas para análise dentro do sistema, 33 foram desabilitadas, 15

habilitadas e não aprovadas e 10 habilitadas e aprovadas. Explicou que o trabalho do GT foi subsidiado pelo Sumário Executivo feito pelas áreas técnicas responsáveis pelas temáticas de cada proposta. As indicações que constaram no Sumário Executivo foram: as propostas desabilitadas, que são aquelas que não apresentaram as quatro documentações específicas, tais como o termo de referência, o termo de capacidade técnica e operacional e o comprovante de exercício dos três últimos anos; As propostas habilitadas e não aprovadas foram habilitadas por cumprirem a documentação e não aprovadas porque não tinham suas propostas vinculadas ao anexo do edital, que correspondiam às políticas estabelecidas e a sua abrangência; As propostas habilitadas e aprovadas foram aquelas que tinham enviado toda a documentação obrigatória e que tinham vínculo específico com o anexo I do edital. Esclareceu que o GT de Avaliação seguiu todas as indicações das áreas técnicas com relação as propostas. O presidente Rodrigo Torres explicou a metodologia de trabalho do GT, ressaltou que o GT seguiu os pareceres das áreas técnicas em relação à aprovação ou não das propostas e informou que surgiram algumas ponderações sobre o edital que valerá para os editais futuros do Conanda. Alguns membros do GT se manifestaram e expuseram as ponderações que surgiram ao logo da reunião de avaliação que fizeram. Em seguida, o vice-presidente, Fábio Paes, apresentou a tabela contendo os pareceres do GT de Avaliação para deliberação pelo Plenário do Conanda, restando aprovado as propostas aprovadas pelo GT, com suas ressalvas e contribuições. Os projetos aprovados pelo Plenário do Conanda foram:

Deliberação/Encaminhamentos:

- Os projetos aprovados pelo Plenário do Conanda foram:

Área de Interesse 1: Política de Fortalecimento de Conselhos:

1. Instituto Vida São Paulo (Nº Da Proposta: 041088/2015);
2. Fundação Apolônio Sales de Desenvolvimento Educacional (041853/2015);
3. APMS - Associação de Pais e Mestres De Apoio Ao Desenvolvimento Social (042129/2015);
4. Frente de Assistência a Criança Carente (042089/2015);

Área de Interesse 2: Convivência Familiar e Comunitária

1. Associação Beneficente O Pequeno Nazareno (041089/2015);
2. Associação Brasileira Terra Dos Homens (037812/2015);
3. Instituto Tribos Jovens (035670/2015);
4. Aconchego Grupo De Apoio A Convivência Familiar e Comunitária (040135/2015);

Área de Interesse 3: Enfrentamento Das Violências Psicológicas E Físicas, Da Letalidade e da Negligência Contra Crianças e Adolescentes

1. Observatório de Favelas do Rio de Janeiro (040283/2015)

Área de Interesse 4: Desenvolvimento e Difusão De Metodologias de Empoderamento e Participação Cidadã de Crianças e Adolescentes

1. Plan International Brasil (040206/2015);
 - Criar um Grupo de Trabalho com a liderança da COF para avaliação e definir novas modalidades de editais a partir do marco regulatório;
 - Analisar o edital e construir um novo formato para o início do próximo ano;
 - Aguardar definição do governo em relação ao marco regulatório;
 - Reunião para o plano decenal com a COF, CMF e com a Política de Fortalecimento por Skype na semana que vem.

Item 5: Apresentação do Secretário Especial de Direitos Humanos Rogério Sottili.

Principais pontos abordados: O secretário Rogerio Sottili cumprimentou a plenária desejando boa tarde a todos e a todas e apresentou-se a plenária como Secretário Especial de Direitos Humanos. Falou que a sociedade vive um momento importante no país, e que acabou por refletir no processo de reestruturação ministerial e lamentou que o processo abalou a estrutura e um institucional importante que foi construído na Secretaria de Direitos Humanos. Em relação ao convite de assumir à Secretaria, falou que foi convocado para uma missão e que faria desse processo tão difícil uma oportunidade também para corrigir alguns problemas e focar e transformar a agenda em uma agenda central recuperando o prestígio da pasta, com muita luta, tempo e dedicação daqui para frente. Falou sobre o papel de protagonismo que o Conanda possui e que sua missão na SDH será trazer para o centro a pauta da criança e do adolescente e dos direitos humanos. Agradeceu ao Conselho e deixou à disposição a palavra aos conselheiros. Cada um dos conselheiros se

apresentaram, deram boas vindas ao Secretário Especial e discutiram sobre o atual momento político, sobre a reforma ministerial e sobre a iminência de retrocessos para a pauta da criança e do adolescente.

16 de outubro

Local: Sala Plenária 10º andar

Item **6. 09h30 – 10h30**: Relato das Comissões e GTs, agenda sobre o sistema socioeducativo do Ceará e apresentação sobre os ODS

O vice-presidente, Fabio Paes, iniciou o segundo dia de assembleia do dia 16 de outubro lembrando a todos que acontecerá o encontro do G38 no período da tarde e solicitou priorização da agenda com os adolescentes. A primeira comissão a fazer o relato foi a CPP. A conselheira Jimena Grignani apresentou os pontos discutidos nesta última reunião da comissão, ressaltando que propuseram uma reunião conjunta com a CDHAP. Informou que a CPP trouxe duas minutas para serem analisadas pelo plenário:

1. Proposta da Licença Paternidade para aprovação da Plenária

Principais pontos abordados: O conselheiro Rubens Bias relatou o histórico da temática, em que no início do ano a Rede Nacional da Primeira Infância participou de uma reunião da comissão de políticas públicas e uma das ações citadas que o Conanda poderia contribuir no momento foi sobre a ampliação da Licença Paternidade. Em seguida fez a leitura da minuta de resolução sobre Licença paternidade. Alguns conselheiros sugeriram que a o documento fosse aprovado como recomendação e não como resolução, contudo vários conselheiros manifestaram a necessidade do instrumento ser uma resolução, pelo seu peso e relevância. Houve a sugestão de monitoramento por parte do conselho do projeto de lei da primeira infância que dispõe, dentre outras coisas, sobre a ampliação da licença paternidade. Os conselheiros manifestaram sugestão também sobre a licença parental, fortalecimento da convivência familiar e comunitária, as questões de gênero que integram a minuta, sobre adoções, além de cuidados em relação ao conteúdo e informações contidas na minuta.

Deliberação/Encaminhamento:

- Ajustar o texto da recomendação a partir das contribuições e sugestões apresentadas pelos conselheiros na Plenária. Após os ajustes a nota será apreciada por e-mail durante 15 dias para acréscimos e sugestões.

2. Proposta sobre Medicalização da CPP

Principais pontos abordados: O conselheiro Rubens Bias relatou o documento sobre a Medicalização Excessiva e disse que em julho deste ano a Niñosur, do Mercosul, emitiu uma recomendação em relação a excessiva medicalização na infância. Informou também o Ministério da Saúde se posicionou sobre o assunto. Os conselheiros debateram o conteúdo e o instrumento a ser aprovado, se seria uma recomendação ou resolução. Debateram a necessidade de chamar atenção dos gestores do SINASE para essa questão. Houve sugestão também de congratulação do Ministério da Saúde pela publicação de seu posicionamento, de inclusão do sistema de ensino entre a rede da criança e do adolescente a ser destinada a resolução, bem como chamar o Conselho Nacional de Educação para agenda sobre o tema.

Deliberação/Encaminhamento:

- A conselheira Magaly Marques pediu vistas da matéria, tendo 20 dias para análise;
- Encaminhar nota de congratulação ao Ministério da Saúde pelo posicionamento sobre a excessiva medicalização.

3. Pauta Portaria nº 1288

Principais pontos abordados: A conselheira Miriam Santos fez relato sobre a portaria nº 1288, do Ministério do Trabalho e Emprego, que dispõe sobre aprendizagem nos locais insalubres e perigosos e que vai de encontro com determinados aspectos legais ou estabelecer uma nova forma de contratação de aprendizes pelas empresas. Informou também que modificaram a idade dos aprendizes para até 29 anos. A conselheira propôs a plenária tomar uma decisão sobre a alteração da idade e encaminhar como nota pública ou ofício protocolado no gabinete do Ministro Miguel Rosseto. O conselheiro Alberto de Souza sugeriu que o Conanda faça um convite a Secretaria de Inspeção do Trabalho, a Secretaria de Políticas Públicas e Emprego e o Sindicato dos Auditores Fiscais para aprofundar a discussão sobre o sistema de aprendizagem. O conselheiro Rodrigo Torres submeteu-se a votação a aprovação de encaminhamento de ofício do Conanda ao Ministro do Trabalho e

Emprego solicitando a revogação da Portaria nº1288 de imediato. A proposta de ofício foi aprovada.

Deliberação/Encaminhamento:

- Encaminhar ofício ao Ministério do Trabalho e Emprego solicitando a revogação da Portaria;
- Convidar a Secretaria de Inspeção do Trabalho e a Secretaria de Políticas Públicas e Emprego e o Sindicato dos Auditores Fiscais e se possível para a próxima assembleia.

Item 7 Resolução sobre o Fórum Popular dos Direitos da Criança e do Adolescente

Principais pontos abordados: O conselheiro José Carlos fez relato sobre os trabalhos da comissão organizadora da Conferência em que teve a participação dos membros da Mesa Diretora. Informou que discutiram com os membros da Mesa sobre o evento de dezembro em que proposta era a realização de um Fórum Popular dos Direitos da Criança e do Adolescente. A partir dessa reunião, a comissão e a Mesa avaliaram a conjuntura política e as dificuldades estruturais para a realização do Fórum, no modelo que haviam pensado. O conselheiro relatou também o status da realização das conferências estaduais em que apenas dois conselhos estaduais encaminharam os relatórios de suas conferências para o Conanda. Informou também que ainda há 15 conferências estaduais agendadas entre novembro até dezembro de 2015. Dessa forma, a proposta que a Comissão encontrou diante desse cenário foi o de cancelar o Fórum Popular dos Direitos da Criança e do Adolescente a ser substituído por um evento menor em dezembro. O conselheiro relatou a proposta discutida com a comissão organizadora na qual sugeriram para a primeira quinzena de dezembro uma assembleia ampliada do Conanda com a presença dos Conselhos Estaduais, os adolescentes do G38, Conselhos Nacionais de Políticas Públicas de Direitos, a representação do Fórum dos Conselheiros Tutelares e Comitê Gestor das Escola de Conselhos. Informou sobre a proposta de resolução para ser publicada imediatamente sobre a revogação do Fórum.

Deliberação/Encaminhamento:

- Aprovada a resolução que revoga o Fórum Popular dos Direitos da Criança e do Adolescente e que prevê a realização de atividades de mobilização para a X CNDCA.

Item 8. Relato Sinase/CE – Audiência Pública

Audiência Pública e Visita nos Sistemas Socioeducativos

Principais pontos abordados: O conselheiro Manoel Torquato relatou que a partir da deliberação do Conanda de realização de audiências públicas nos estados sobre o SINASE e que esta série de audiência teria início no Estado do Ceará pela urgência. O conselheiro relatou que a situação do Sistema no estado se agravou nos últimos dias. A proposta do conselho estadual é a de que a audiência pública seja nos dias 29 e 30 de outubro. Em seguida o Conselheiro solicitou que o Plenário deliberasse pela indicação de conselheiro para acompanhar a audiência e atender a visita in loco. A proposta é realizar a vista in loco em um dia e meio e na parte da tarde do segundo dia seria a audiência pública. O conselheiro Manoel Torquato se colocou à disposição e informou que o Djalma já tinha se colocado à disposição também.

Deliberação/Encaminhamento:

- O conselheiro Manoel Torquato e Djalma representarão o Conanda na visita e audiência pública no estado do Ceará e será definido um conselheiro governamental para também acompanhar;
- CDHAP pensar em proposta sobre o monitoramento e responsabilização do Gestor Público Estadual frente ao Sinase.

Item 10. Relato COF

Principais pontos abordados: O conselheiro Edmundo Kroger informou ao Plenário que a COF foi provocada por duas organizações. O conselheiro relatou que o Programa de Proteção da SDH procurou a COF no sentido de solicitar apoio financeiro do Fundo para o Programa. Apresentou os dados informados pelo Programa, que dentre os convênios, há cerca de 40 crianças e adolescentes envolvidos. O conselheiro informou que a COF questionou o programa sobre a gravidade dos cortes orçamentários afetarem programas importantes e essenciais como esse e relatou que a COF tem parecer favorável a destinação de recursos ao Programa tendo em vista que dada essa realidade a Comissão não pode se furtar quando aos seus posicionamentos, além disso, o conselheiro informou que há recursos disponíveis para essa solicitação, pois não foi possível aprovar a quantidade de projetos que era esperado para este ano. Assim, em caráter excepcional, a COF sugere que o Plenário aprove a proposta de destinar recursos do Fundo para o Programa, deixando claro que essa é uma situação excepcional. O pedido a COF é de 2 milhões de reais. Em seguida o Conselheiro relatou o segundo pedido feito à COF. A demanda foi apresentada pela União Brasileira de Estudantes Secundárias – UBES de recursos para o Encontro Nacional de Estudantes Secundaristas que será realizado no dia 13 contra a redução da idade penal. A COF informou que o Conanda não financia eventos, mas que tem interesse em promover a

participação por meio de propostas de participação. O valor solicitado para pela UBES de apoio é de 285 mil reais. Após as considerações dos conselheiros, o conselheiro Marco Antônio (Markinhus) solicitou vista das duas propostas apresentadas pela COF.

Deliberação/Encaminhamento:

- Pedido de vistas as duas propostas apresentadas pela COF.